

**ENSINO DE HISTÓRIA EM CURSINHOS POPULARES: UM ESTUDO SOBRE
O CURRÍCULO DA REDE EMANCIPA SP**

Cibele de Camargo Lima
Rede Municipal de Educação de São Paulo
cibele.lima@usp.br

Este trabalho discute a construção curricular da disciplina História em um movimento de cursinhos populares que se identifica como movimento de educação popular. São apresentados os resultados da pesquisa desenvolvida no programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória, na Universidade Federal de São Paulo.

Para realização dessa análise, colocamos em diálogo as teorias da pedagogia libertadora iniciada por Paulo Freire e a teoria crítica do currículo, em particular a contribuição de Ivor Goodson.

O tema central desta pesquisa é o currículo de História de um conjunto de cursinhos populares que fazem parte da Rede Emancipa, movimento social de cursinhos populares que teve origem no ano de 2007. A partir de 2011, com parte de sua reorganização político-pedagógica, a Rede Emancipa passou a identificar-se como movimento social de Educação Popular.

O movimento dos cursinhos populares, em suas diferentes organizações, atua como meio que contribui para um objetivo final: o ingresso no Ensino Superior. Conforme abordaremos adiante, nas últimas duas décadas houve significativo aumento de produções acadêmicas sobre esta temática.

Um cursinho pré-universitário propõe-se a preparar para algo, no caso, as provas de seleção para o Ensino Superior. O caráter propedêutico está posto e a construção curricular se dá tendo essa perspectiva. Como é possível então desenvolver uma educação na perspectiva popular, crítica e libertadora?

O currículo é um elemento vivo que extrapola os limites de uma prescrição e se constrói na prática, entre as pessoas envolvidas no processo pedagógico. Essa vivacidade, em nossa análise, permite que a prática curricular se dê também de maneira dialógica e

crítica. No entanto esta possibilidade não se concretiza de imediato apenas pela sua percepção. Ela se realiza apenas na opção por uma educação libertadora.

Para compreender como se dá a construção do ensino de História nos cursinhos populares da Rede Emancipa, foi realizada a análise de um corpus documental referente às aulas de História realizadas em um conjunto de cursinhos vinculados à da Rede Emancipa de Educação Popular, entre os anos de 2009 e 2016. Trabalhamos com 72 documentos, elaborados por docentes de 8 cursinhos da Grande São Paulo para suas aulas de história, entre os anos de 2009 e 2016.

Durante o levantamento também foi reunida uma grande quantidade de documentos diversos datados entre os anos de 2008 e 2018, que foram classificados como:

1. **Documentos de caráter público**, destinados a divulgar o movimento e as ações realizadas, textos de análise política, documentos organizativos;
2. **Documentos de caráter interno**, produzidos pelas coordenações do movimento para uso interno, em caráter de formação político-pedagógica com estudantes, docentes e voluntários/militantes, orientações de caráter político e também organizativo.

CURSINHOS POPULARES: UM BREVE HISTÓRICO

Os cursinhos populares emergem historicamente como atores no complexo cenário da educação brasileira especialmente com a chamada “crise dos excedentes”, onde as universidades não possuíam vagas suficientes para atender o número de estudantes aprovados nos exames eliminatórios, que ficaram conhecidos como “excedentes”. A mudança para o atual modelo classificatório ocorreu durante a ditadura civil-militar com a Lei nº 5540/68.

É nesse contexto que surgem alguns dos cursos pré-vestibulares que mais tarde irão se tornar potências do mercado educacional, como o Curso Objetivo (1966). Convém lembrar, no entanto, que já existiam cursos preparatórios tanto para os exames de

admissão da escola média, ao final do ensino primário, como para os exames de acesso ao Ensino Superior.

O movimento dos cursinhos populares, cursinhos comunitários, cursinhos alternativos e outras possíveis denominações que expressam suas concepções de educação (MENDES, 2011, p. 38) é composto por uma diversidade de objetivos e posicionamentos políticos e pedagógicos.

Há cursinhos que se identificam como populares do ponto de vista econômico, sendo totalmente gratuitos ou cobrando das/os estudantes mensalidades ou taxas com valores “abaixo do mercado” ou valores considerados simbólicos. Outros cursinhos oferecem bolsas de estudo parciais e/ou totais; o benefício, no entanto, em geral está condicionado à análise de critérios socioeconômicos, prova de classificação ou avaliação de histórico escolar, entre outros.

Parte dos cursinhos populares tem atuação local junto a bairros, escolas ou outras instituições, pautando-se no seu contexto regional. Grande parcela dos cursinhos possuem uma atuação junto a outros movimentos sociais e/ou grupos sociais específicos, como estudantes de escola pública, negras/os, transgêneros e outros. Outros cursinhos são vinculados a programas de extensão universitária ou surgem de iniciativas estudantis independentes.

Esses aspectos, no entanto, não implicam necessariamente em uma política pedagógica nos marcos da Educação Popular, embora tais elementos não sejam excludentes.

Defendemos que os cursinhos populares trazem, em si, o potencial de uma educação libertadora, podendo contribuir com uma formação que vá além do vestibular. Com este trabalho investigamos de quais formas as escolhas curriculares nos cursinhos populares podem ou não concretizar essa potencialidade.

Os cursinhos de caráter popular existem, portanto, como ação consciente em resposta a constatação de um problema, de que os exames de seleção exercem uma distorção social. Consideramos que essa distorção corresponde àquilo que Freire chama de violência, uma ação humana que seja capaz de deturpar a trajetória de vida de outra pessoa: “qualquer que seja a situação em que alguns homens proibam aos outros que

sejam sujeitos de sua busca, se instaura como situação violenta. Não importam os meios usados para esta proibição.” (FREIRE, 2011, p. 104)

Essa situação de opressão é o que Freire chama de situação-limite, que ao apresentar-se constitui uma barreira ao sujeito em sua busca ontológica. Tais situações, segundo ele, não devem ser tidas como barreiras intransponíveis, mas como uma necessidade de mudança, de transgredir e confrontar os impedimentos. Essa perspectiva esperançosa é o que é capaz de gerar engajamento para superação das situações-limite.

Embora Paulo Freire não tenha trabalhado especificamente com a teoria do currículo, sua obra discute questões essenciais para se pensar o currículo enquanto fenômeno social. Segundo Silva, “Pode-se dizer que seu esforço de teorização consiste, ao menos em parte, em responder à questão fundamental: ‘o que ensinar?’ (SILVA, 2016, p. 57)”. Para Freire o conhecimento tem caráter fenomenológico. O conhecer não se dá de maneira abstrata, mas se concretiza em conhecimento *de algo*.

Trazer para esta pesquisa a construção social do currículo é importante para compreender as práticas curriculares existentes nos cursinhos com o qual trabalhamos. Ao reivindicar a pedagogia da educação libertadora, seus docentes encontram em seu caminho uma prescrição curricular externa que se esforça para manter a aparência de neutralidade. No entanto, a Educação Popular parte do conflito. O conflito de interesses que sustenta a estrutura social de opressões é o eixo central da Educação Popular. Por isso, interessa-nos pensar nas mediações criadas em sua prática curricular da disciplina de História.

Os resultados desta pesquisa permitem afirmar que as/os docentes da Rede Emancipa caminham por uma linha tênue entre uma abordagem crítica dos conteúdos e um ensino nos moldes tradicionais. Essa relação pode eventualmente se tornar conflituosa, fazendo com que as escolhas curriculares priorizem ora um, ora outro aspecto.

Concluimos, portanto, que a construção curricular de História da Rede Emancipa está em permanente disputa. Como foi desenvolvido no capítulo inicial deste trabalho, as construções curriculares se desenvolvem permeadas por diferentes fatores, expectativas e realidades que não necessariamente convergem, estabelecendo disputas em torno do que virá a ser o currículo em sua prática.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Entre todos os atores que movimentam a construção curricular dos cursinhos populares, podemos destacar três: o movimento Rede Emancipa, que não prescreve um currículo, mas orienta para uma determinada expectativa curricular; o corpo estudantil, que busca uma alternativa pré-vestibular e, por fim, as/os educadoras/es em seus cursinhos, a quem cabe a missão de selecionar os conteúdos e planejar as aulas e ser, a princípio, a figura articuladora entre os outros dois âmbitos. Cada educadora/educador terá sua elaboração pessoal a partir dos elementos que estão colocados.

DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS:

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD contínua 2016**. IBGE, 2017. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/95090ddfb63a3412f04fedafd6d65469.pdf; Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: Inep, 2000

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matriz de Referência ENEM - 4. Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: Inep, p. 22-24, s/d. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2016 Notas Estatísticas**. Brasília: Inep, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional Do Ensino Médio (ENEM) Fundamentação Teórico-Metodológica**. Inep, Brasília, 2005.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

BRASIL. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

BRASIL. Lei nº 12.612 de 13 de abril de 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12612.htm

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm Acesso em: 26 ago. 2018.

Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico – OCDE. Education at a Glance 2018: OCDE indicators. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/ocde/education_at_a_glance/Country_Note_traduzido.pdf Acesso em: 21 out. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Inscrições ao Enem 2009 terminam com mais de 4,5 milhões de inscritos.** Brasília: INEP, 2009. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inscricoes-ao-enem-2009-terminam-com-mais-de-4-5-milhoes-de-inscritos/21206. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edição de 2016 registra número superior a 9,2 milhões de candidatos inscritos.** Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/418-noticias/enem-946573306/36421-edicao-de-2016-registra-numero-superior-a-9-2-milhoes-de-candidatos-inscritos?Itemid=164>. Acesso em: 06 ago. 2018

BRASIL. Governo do Brasil. **Enem é porta de entrada para universidades e programas do governo.** Brasília: Governo federal, 2014. Atualizado em 22 dez. 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2014/05/enem-e-porta-de-entrada-para-universidades-e-programas-do-governo>. Acesso em: 21 out. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Enem 2017 já estão disponíveis para consulta.** Brasília: Inep, 13 jun. 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/microdados-do-enem-2017-ja-estao-disponiveis-para-consulta/21206. Acesso em: 21 out. 2018.

EAPES. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (Acordo MEC/USAID).** Rio de Janeiro: MEC/DES, 1968

CURSO OBJETIVO. **Histórico.** Disponível em <http://www.curso-objetivo.br/curso/historico.aspx>. Acesso em: 31 mai. 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA. Maitê Lopes de. **Juventude, pré-vestibular e Universidade.** 2016. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 11 mar 2016.

ALMEIDA. Marco Antônio Bettine de, SANCHEZ. Livia. **Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil.** Revista Eletrônica de Educação, vol. 10, nº 2, p. 234-246, 2016.

ANDRIOLA. Wagner Bandeira. **Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).** Rio de Janeiro: In: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. vol.19 nº.70. jan./mar. 2011.

APPLE. Michael W. **Repensando Ideologia e Currículo**. In MOREIRA, Antônio Flavio. TADEU, Tomaz (org.). Currículo, Cultura e Sociedade. 12º edição. São Paulo: Cortez, 2011.

ARANTES. Érika Barros; COSTA. Rafael Maul Carvalho. **Ensino de História, educação popular e descolonização: apontamentos sobre percursos cruzados**. Revista Fronteiras & Debates. Macapá: vol. 4, nº 1, jan./jun. 2017.

BARBOSA. Julia Monnerat. SOUSA. Everton Nunes de. RODRIGUES. Ricardo Trindade. COLARES. Sabrynne Góes Parente. **O ENEM e a subsunção do ensino de História do Amapá, entre 1998 e 2015**. Revista Fronteiras & Debates. Macapá: v. 4 n.2, 2017.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. **Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades**. Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 36, nº. 131, p. 361-390, abr.-jun.2015.

BITTENCOURT. Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. 4ª edição, São Paulo: Cortez, 2005.

BITTENCOURT. Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BLOCH. Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARNEIRO. Moaci Alves. **O nó do Ensino Médio**. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 2012.

CERRI. Luís Fernando. **Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM**. In Revista Brasileira de História Vol. 24 Nº 48. São Paulo: 2004.

CUNHA, Nádía Franco da. **Preparação de candidatos ao vestibular de 1964 na Guanabara.** In BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: Vol. XLIV out-dez, nº100, 1965, p. 332-367.

CUNHA JÚNIOR. Henrique. **Contexto, antecedente e precedente: O curso pré-vestibular do Núcleo de Consciência Negra na USP.** In ANDRADE, Rosa Maria T; FONSECA, Eduardo F. Aprovados! Cursinho pré-vestibular e população negra. 1ª edição. São Paulo: Selo negro, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.** Educar em revista. Curitiba, Editora UFPR, v. 22, n. 28, p. 17-36, jul/dez. 2006.

FRANCO. Maria Aparecida Ciavatta. **Acesso a Universidade - uma questão política e um problema metodológico.** Educação e Seleção. São Paulo, n.12, jul/dez. 1985.

FIGUEIREDO, Daniel Augusto. **História da educação popular: Uma leitura crítica.** In ASSUMPCÃO, Raiane (org.). Educação popular na Perspectiva Freiriana. 1º edição. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50º ed. São Paulo: Paz e terra, 2011.

FREIRE. Paulo; Schor. Ira. **Medo e Ousadia.**

GADOTTI, Moacir. **Mova: por um Brasil Alfabetizado.** 1º edição. São Paulo: Instituto Paulo Feire, 2008.

GASPARELLO, A. M. **Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira.** São Paulo: Iglu, 2004.

GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história**. 13ª edição. Petrópolis: Vozes, 2012.

GUARNIERI, Fernanda Vieira ; MELO-SILVA, Lucy Leal. **Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica**. Revista Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 21, Número 2, Maio/Agosto de 2017: 183-193.

HORODYNSKI-MATSUSHIGUE, Lighia; HELENE, Otaviano. **Brasil: Olhar o futuro, sem esquecer o retrovisor**. In ARELARO, Lisete G; FRANCA, Gilberto C; MENDES, Maíra T. Às portas da Universidade: alternativas de acesso ao ensino superior. 1ª edição. São Paulo: Xamã, 2012.

LUZ. Jackeline Nascimento Noronha da; VELOSO. Tereza Christina Mertens Aguiar. **Sistema de Seleção Unificada (SISU): Refletindo sobre o processo de seleção**. Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados - MS, vol. 4, nº.10, p.68-83, jan./abr. 2014

MESZÁROS. István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MELO, José Ernesto. **“Seu futuro passa por aqui”**: O ENEM como política avaliativa e os conhecimentos históricos exigidos. In AEDOS – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Vol. 4 Nº. 11. Porto Alegre: Set. 2012.

MENDES, Maíra Tavares. **Inclusão ou emancipação? Dialética da educação em cursinhos populares**. IN ARELARO, Lisete G; FRANCA, Gilberto C; MENDES, Maíra T. Às portas da Universidade: alternativas de acesso ao ensino superior. 1ª edição. São Paulo: Xamã, 2012.

MENDES, Maíra Tavares. **Inclusão ou emancipação? Um estudo do Cursinho Popular Chico Mendes/Rede Emancipa na Grande São Paulo.** 135f. Dissertação (mestra do em educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Abr. 2011

MITRULIS, Helenin; PENIN, Sônia. **Pré-vestibulares alternativos: da igualdade à equidade.** Cadernos de Pesquisa da Faculdade de Educação da USP. V. 36 p. 269, n. 128, maio/ago. 2006.

MOREIRA, Antônio Flavio; TADEU, Tomaz. **Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução.** In MOREIRA, Antônio Flavio; TADEU, Tomaz (org.). Currículo, Cultura e Sociedade. 12º edição. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Paiva. **Pedagogia da autonomia educação popular e o saber pra libertar.** Literatura de cordel. Fortaleza: Cordelaria Flor da Serra, 2018.

PETRONILHA, Beatriz Gonçalves e Silva. **Prefácio** In ANDRADE, Rosa Maria T; FONSECA, Eduardo F. Aprovados! Cursinho pré-vestibular e população negra. 1ª edição. São Paulo: Selo negro, 2002.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo.** IN SILVA. Tomás Tadeu da (org.). Alienígenas na sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SANTOS, Emanuela Carvalho Clímaco dos. Os impactos do Enem na prática docente: percepções de professores de Salvador, Bahia. Universidade de Coimbra - Coimbra, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade. Uma introdução às teorias do currículo.** 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

SOUSA, Israel de. **Educação popular e ensino de História Local: Cruzando conceitos e práticas.** 238f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, mar 2015.

TRAGTENBERG. Maurício. **Sobre Educação, política e sindicalismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.